

Dom. 25/6/89

Remetidos à cidade sete casos do ex-TMR

... entre eles figuram os que envolvem fraudes bancárias em Maputo e Nampula

Já deram entrada na Procuradoria da Cidade de Maputo 7 dos casos que passaram do extinto Tribunal Militar Revolucionário (TMR) para a competência dos tribunais populares provinciais, disse quarta-feira à AIM o Procurador-chefe da cidade de Maputo, Dr. Afonso Antunes. Ele acrescentou que alguns dos casos envolvem fraudes bancárias.

Quinta-feira, a AIM perguntou ao Vice-Procurador Geral da República Dr. Sinal Nhatitima, se havia algum membro ou membros do Governo envolvidos nesses casos. Ele respondeu algo cripticamente que «nos (casos) que nós mandamos até agora posso-lhe dizer que ainda não temos o envolvimento, digamos assim, directo de qualquer membro do Governo. Refiro-me aos casos que têm a sua instrução concluída».

A AIM perguntou-lhe também se a Procuradoria-Geral da República estava sob pressão para não ir adiante com tais casos.

«Não», disse o Dr. Nhatitima, «posso-lhe garantir categoricamente que não há nenhuma pressão».

A semana passada, Sinal Nhatitima anunciara em conferência de imprensa que os casos não julgados pelo TMR passavam para a competência dos tribunais populares provinciais.

Os sete casos, envolvendo 35 arguidos, referidos pelo Dr. Antunes, ainda não tinham dado entrada no Tribunal Popular da Cidade de Maputo até fim da manhã de quarta-feira, disse nesse dia à AIM o Juiz Presidente deste tribunal, Dr. Abdul Carim Issa.

— Os casos entraram na Procuradoria da Cidade no dia seguinte a essa conferência de imprensa do Dr. Nhatitima, explicou Afonso Antunes. «Se ainda não deram entrada no Tribunal da Cidade foi por uma questão burocrática de registo. A acusação já foi formulada e já estão prontos para ir a julgamento».

O Dr. Jorge de Jesus Mubanglane, Procurador Provincial de Maputo disse à AIM que os casos a serem julgados nas outras províncias serão enviados nas próximas semanas

Há casos de outras províncias que talvez venham a ser julgados em Maputo «por uma questão de complexidade». afirmou o Dr. Antunes. Ele especificou que a deslocação dos acusados das testemunhas, e de indivíduos ligados à segurança de uns e outros pode ser demasiado onerosa. «Está-se a tentar uma fórmula de ultrapassar esse problema de competência territorial e ser feito o julgamento aqui (em Maputo)». Mas, acrescentou, «tem que ser o Supremo Tribunal a autorizar isso».

Afonso Antunes levantou uma parte do véu que rodeia os casos de fraude.

Ele referiu «um caso relacionado com a emissão de cartões de crédito falsos, ou já caducados, acrescentados de novos valores».

«Era um grupo de funcionários da parte dos invisíveis do Banco de Moçambique (BM) e caixas da FNAC e que já há cerca de dois anos vinham emitindo esses cartões. Apanhavam no lixo cartões de crédito já caducados de cidadãos estrangeiros e nacionais, alte-

ravam-nos e acrescentavam novos valores e emitiam cheques falsos sem cobertura».

A FNAC é uma empresa portuguesa operando em Moçambique no comércio em moeda convertível.

Afonso Antunes disse que esta fraude bancária envolve oito pessoas, todas de nacionalidade moçambicana, e um montante de várias centenas de milhar de dólares.

A AIM apurou também que o caso foi descoberto pelo próprio BM em Maio do ano passado, tendo alertado as autoridades para ele após o que começaram as investigações.

Indagado sobre o que os acusados faziam do dinheiro, o Dr. Antunes disse que «compravam bens, electrodomésticos, aparelhagens, televisores e viaturas».

Este processo já foi distribuído a uma das secções do Tribunal da Cidade de Maputo. Portanto o Juiz estará a fazer as suas diligências e certamente já marcou a data para julgamento, informou o Dr. Abdul Carim Issa. Ele acrescentou

que os acusados estão detidos.

Entre os casos de sabotagem económica «há um ligado também a desvio de fundos, no Niassa, envolvendo indivíduos do Departamento de Finanças do Ministério do Interior no Niassa ligados a comerciantes em Nampula, disse o Dr. Antunes. Ele acrescentou que o montante desviado «não é tanto como no caso BM/FNAC».

A AIM apurou igualmente a existência de um outro caso de fraude bancária, envolvendo pelo menos um comerciante da cidade de Nampula e, segundo informações não oficiais, a quantia astronómica de cinco mil milhões de meticalis. «Este caso está numa fase avançada de acusação», disse Abdul Carim Issa.

Afonso Antunes reiterou o que o Dr. Nhatitima havia dito na sua conferência de imprensa, nomeadamente que os réus podem escolher os seus advogados de defesa. Acrescentou que em princípio, os julgamentos serão públicos excepto se, por uma questão de segurança, o tribunal entender que devem ser à porta fechada. — (AIM)